

Fim de governos eleva dívidas

Quarta-feira, 28 de novembro de 1990

18-7-90

dos Estados

NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

BRASÍLIA — O Banco Central detectou nos últimos dias um aumento considerável do endividamento dos estados junto ao sistema bancário. Segundo fontes da instituição, os governadores em fim de mandato têm conseguido empréstimos a título de antecipação de crédito, isto é, estão gastando por conta da arrecadação futura.

A situação é anormal, conforme essas fontes, porque a falta de crédito tem elevado as taxas de juros cobradas pelos bancos. Alguns estados têm aceitado pagar juros de até 50% ao mês por recursos de curto prazo. No entender dos técnicos consultados, esses empréstimos comprometem o esforço de redução dos gastos públicos que está sendo empreendido pelo Governo federal.

As divergências entre o Governo federal e os governos estaduais por causa do grau de endividamento público não param por aí. Hoje, o Conselho Monetário Nacional (CMN) vota uma proposta do BC para proibir os bancos estaduais de emprestarem a seus acionistas, que são os próprios governos.

As carteiras das instituições estaduais estão tomadas, em média, com 95% de empréstimos a seus acionistas controladores, ou seja, os próprios governos dos estados. Além da expansão da moeda, esse endividamento prejudica a saúde financeira dos bancos.

Os bancos dos Estados da Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, que tiveram sua liquidação extrajudicial decretada pelo BC em setembro passado, quebraram em grande parte



Assis: empréstimos afetam ajuste

porque os Estados não pagavam as dívidas que tinham para com eles.

O voto do Banco Central que será apreciado na reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional prevê que, para levantar a liquidação dos bancos, os Estados terão que liquidar todas as suas dívidas para com as instituições.

O Diretor de Política Monetária do BC, Luís Eduardo de Assis, acha que isso torna mais difícil a recuperação dos bancos.

Quanto ao endividamento global dos estados, Assis preferiu não colocar mais água na fervura. Usando uma linguagem técnica, disse que o primeiro ano de um governo é usado normalmente para o acerto da situação financeira.

Difícil será convencer governadores eleitos às custas de milhares de promessas a aceitarem tal posição.